

Nome:

SALA:

Documento de identidade:

Inscrição:

Local de prova:

Sequência:

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL – 15.^a REGIÃO CONCURSO PÚBLICO

CARGO **100**: ADVOGADO

Provas Objetivas e Discursiva

INSTRUÇÕES

- Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas.
- Verifique atentamente se este caderno de provas corresponde ao cargo de sua inscrição e se contém **60 (sessenta)** questões de múltipla escolha, com **5 (quatro)** alternativas de resposta para cada uma, correspondentes às provas objetivas, e duas questões discursivas correspondentes à prova discursiva, acompanhada de espaços para rascunho, de uso opcional. Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao chefe de sala que tome as medidas cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.

Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da sua folha de respostas, com sua caligrafia usual, a seguinte frase:

“Seja forte e corajoso!”

- Você dispõe de **4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos** para a realização das provas. Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à entrega do material, à identificação – que será feita no decorrer das provas – e ao preenchimento da **folha de respostas** e à transcrição dos textos da prova discursiva para as respectivas **folhas de texto definitivo**.
- Deixe sobre a carteira apenas o documento de identidade e a caneta esferográfica de tinta preta.
- É proibido fazer anotações de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição e(ou) em qualquer outro meio que não os permitidos.
- Somente após decorrida **1 (uma) hora** do início das provas, você poderá entregar sua **folha de respostas**, suas **folhas de texto definitivo** e este **caderno de provas** e retirar-se da sala.
- Você só poderá levar este caderno de provas no decurso dos **últimos 30 (trinta) minutos** do tempo destinado à realização das provas.
- Não se comunique com outros candidatos e nem se levante sem a autorização do chefe de sala.
- Ao terminar as provas, chame o chefe de sala, devolva-lhe sua **folha de respostas** e suas **folhas de texto definitivo** devidamente assinadas e deixe o local de provas.
- A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente **caderno**, na **folha de respostas** ou nas **folhas de texto definitivo** poderá implicar a anulação das suas provas.

- Não serão conhecidos os recursos em desacordo com o estabelecido em edital normativo.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.
- Mais informações: contato@institutoibest.com.br | Canal Telegram: @institutoibest

QUESTÃO 7

Assinale a alternativa em que o termo indicado está empregado como adjetivo no texto.

- (A) “alhures” (linha 20).
- (B) “resistência” (linha 26).
- (C) “culpabilidade” (linha 17).
- (D) “eternidade” (linha 31).
- (E) “preciso” (linha 32).

QUESTÃO 8

As próximas alternativas apresentam uma proposta de reescrita para o seguinte trecho do texto: “façam uma revolução para destruí-lo, ele vai imediatamente reviver” (linhas 24-25). Assinale a alternativa em que a proposta apresentada é gramaticalmente correta e coerente com as ideias do texto.

- (A) **se fizerem uma revolução para destruir o poder, ele imediatamente vai reviver**
- (B) **apesar de fazerem uma revolução para destruir o poder, ele reviverá imediatamente**
- (C) **mesmo que se faça uma revolução para destruir o poder, ele imediatamente irá reviver**
- (D) **quando fizer uma revolução para destruir o poder, imediatamente ele reviverá**
- (E) **caso seja feita uma revolução para destruir o poder, imediatamente ele vai reviver**

QUESTÃO 9

No trecho “ligado à história inteira do homem, e não somente à sua história política” (linhas 28-29), o emprego do acento indicativo de crase no vocábulo “à” é

- (A) obrigatório em ambas as suas ocorrências.
- (B) facultativo em ambas as suas ocorrências.
- (C) facultativo apenas na sua primeira ocorrência.
- (D) facultativo apenas na sua segunda ocorrência.
- (E) obrigatório apenas na sua segunda ocorrência.

QUESTÃO 10

Sem alteração dos sentidos do texto, o vocábulo “ainda” (linha 11) poderia ser corretamente substituído por

- (A) principalmente.
- (B) também.
- (C) sobretudo.
- (D) talvez.
- (E) sim.

QUESTÃO 11

Em sua última edição, o Manual de Redação da Presidência da República

- (A) aboliu o uso de “Ilustríssimo” nas comunicações oficiais.
- (B) ainda não admite o e-mail como expediente oficial.
- (C) recomenda o uso de termos da linguagem neutra (por exemplo, “todes”) nas comunicações oficiais.
- (D) separa os expedientes oficiais em três categorias, conforme sua finalidade: aviso, ofício e memorando.
- (E) veda o uso de “Doutor(a)” nas comunicações oficiais.

QUESTÃO 12

O atributo da redação oficial que se materializa quando o texto transmite o máximo de informações com o mínimo de palavras é chamado de

- (A) precisão.
- (B) concisão.
- (C) clareza.
- (D) formalidade.
- (E) coerência.

QUESTÃO 13

Em uma comunicação oficial dirigida de um subordinado a seu superior hierárquico, o fecho que deve ser empregado, de acordo com o Manual de Redação da Presidência da República, é

- (A) “Cordialmente,”.
- (B) “Atenciosamente,”.
- (C) “Respeitosamente,”.
- (D) “À disposição.”.
- (E) “Grato!”.

QUESTÃO 14

Em um documento que segue o padrão ofício estabelecido no Manual de Redação da Presidência da República, a parte destinada a informar a quem se dirige o documento é

- (A) o cabeçalho.
- (B) a identificação do expediente.
- (C) o assunto.
- (D) o fecho.
- (E) o endereçamento.

QUESTÃO 15

Assinale a alternativa que apresenta corretamente a negação de “Se Luna ama as estrelas, então Helena é ruiva”.

- (A) Luna ama as estrelas e Helena não é ruiva.
- (B) Se Helena é ruiva, então Luna ama as estrelas.
- (C) Luna ama as estrelas se, e somente se, Helena não é ruiva.
- (D) Luna não ama as estrelas ou Helena é ruiva.
- (E) Se Helena não é ruiva, então Luna não ama as estrelas.

QUESTÃO 16

Assinale a alternativa que apresenta o número de maneiras distintas que Maria Valentina pode guardar suas 4 bolsas em um cabideiro com 8 ganchos, considerando que apenas uma bolsa pode ser pendurada em cada gancho.

- (A) 360
- (B) 550
- (C) 840
- (D) 1.260
- (E) 1.680

QUESTÃO 17

$$\begin{bmatrix} a & 7 & b \\ 9 & 5 & c \\ 4 & d & 8 \end{bmatrix}$$

Considerando que, no quadrado mágico apresentado, a soma de cada coluna, de cada linha e das duas diagonais é igual, assinale a alternativa que apresenta o valor de $a + b + c + d$.

- (A) 6
- (B) 9
- (C) 12
- (D) 15
- (E) 18

QUESTÃO 18

Uma pesquisa foi conduzida com 320 alunos do curso de Matemática em uma universidade para determinar quantos estavam cursando Cálculo 1, Álgebra Linear e Geometria Diferencial. Os resultados da pesquisa mostraram que 165 alunos estavam cursando Cálculo 1; 129 estavam cursando Álgebra Linear; 165 estavam cursando Geometria Diferencial; 60 estavam cursando Álgebra Linear e Geometria Diferencial; 65 estavam cursando Cálculo 1 e Geometria Diferencial; 80 estavam cursando Álgebra Linear e Cálculo 1; e 50 alunos estavam cursando as três disciplinas. Com base nessa informação, assinale a alternativa que apresenta o número exato de alunos que não estão cursando nenhuma das disciplinas.

- (A) 8
- (B) 16
- (C) 24
- (D) 32
- (E) 40

QUESTÃO 19

Admitindo que as proposições "Se é astronauta, então vive no mundo da Lua", "Se sonha com os astros, então vive no mundo da Lua" e "Aquiles não vive no mundo da Lua" são verdadeiras, assinale a alternativa que apresenta uma conclusão correta.

- (A) Aquiles sonha com os astros.
- (B) Aquiles é astronauta e sonha com os astros.
- (C) Aquiles é astronauta e não sonha com os astros.
- (D) Aquiles não é astronauta e sonha com os astros.
- (E) Aquiles não é astronauta e não sonha com os astros.

RASCUNHO

QUESTÃO 20

Considerando que no cardápio de um restaurante havia 8 opções de sobremesa: brigadeiro, cocada, mousse, pavê, pudim, bolo, churros e tiramissu, a probabilidade de escolher, ao acaso, cocada ou churros é de

- (A) 10%.
- (B) 15%.
- (C) 20%.
- (D) 25%.
- (E) 30%.

QUESTÃO 21

Ao organizar seu estojo, Pedro notou que entre 20 objetos, ele possuía lápis, canetas, marcadores e borrachas. O número de canetas era igual ao triplo do número de lápis, o número de lápis era igual ao dobro do número de marcadores, e ele tinha duas borrachas. A quantidade de canetas que Pedro tinha no estojo era de

- (A) 6.
- (B) 8.
- (C) 10.
- (D) 12.
- (E) 14.

QUESTÃO 22

André decidiu que preparará um sanduíche diferente para cada dia da semana, de segunda a sexta-feira. Considerando que ele possui cinco opções de recheios (pasta de atum, frango, ovo, carne e cenoura), assinale a alternativa que apresenta a quantidade de maneiras diferentes que ele poderá fazer isso sem misturar dois ou mais recheios em um mesmo sanduíche.

- (A) 25
- (B) 64
- (C) 120
- (D) 625
- (E) 3.125

QUESTÃO 23

O componente do computador responsável pelo desempenho geral do Sistema, o qual executa instruções de programas, realizando operações lógicas e aritméticas é

- (A) a memória RAM.
- (B) o processador.
- (C) a placa de rede.
- (D) a unidade óptica.
- (E) o cooler.

RASCUNHO



QUESTÃO 24

Assinale a alternativa que apresenta o endereço usado em redes de computadores que é formado por quatro conjuntos de números, cada um variando de 0 a 255 e separados por pontos.

- (A) WWW
- (B) URL
- (C) HTTP
- (D) IPv4
- (E) FTP

QUESTÃO 25

No Windows 10, o recurso “ditado” é usado para converter palavras faladas em texto em qualquer local no computador. Ele utiliza o reconhecimento de voz, que está incorporado neste sistema operacional, logo, não é necessário instalar nenhum outro software adicional para utilizá-lo. Para fazer uso deste recurso, o usuário deve

- (A) pressionar as teclas  + H.
- (B) pressionar as teclas Ctrl + Esc.
- (C) clicar o botão direito do mouse sobre a barra de tarefas e selecionar a opção Ditado.
- (D) clicar o botão direito do mouse sobre qualquer parte vazia da área de trabalho e selecionar a opção Ditado.
- (E) realizar um duplo clique no botão esquerdo do mouse sobre o ícone , localizado no canto inferior direito da tela.

QUESTÃO 26

O programa malicioso, conhecido como software fraudulento, que tenta assustar os usuários ao exibir falsos avisos de segurança ou infecções no computador, geralmente para forçar a compra de um software falso de segurança da informação, recebe o nome de

- (A) rootkit.
- (B) phishing.
- (C) scareware.
- (D) macro.
- (E) backdoor.

QUESTÃO 27

Assinale a alternativa que apresenta o processo de converter os dados brutos em um formato padronizado e estruturado, para eliminar redundâncias e inconsistências, facilitando análises e comparações entre diferentes conjuntos de dados.

- (A) filtragem
- (B) agregação
- (C) categorização
- (D) decomposição
- (E) normalização

QUESTÃO 28

Assinale a alternativa que apresenta o modelo de governança em que as decisões relacionadas aos dados são tomadas por um comitê central ou uma autoridade centralizada dentro da organização.

- (A) ad hoc
- (B) passiva
- (C) heterogeneidade
- (D) descentralizada
- (E) centralizada

QUESTÃO 29

O Power BI consiste em vários elementos que trabalham juntos. O elemento que tem a finalidade de criar relatórios paginados para compartilhar no serviço do Power BI é o

- (A) Power BI Desktop.
- (B) Serviço SaaS.
- (C) Power BI Report Builder.
- (D) Aplicativo móvel.
- (E) Servidor de relatórios do Power BI.

QUESTÃO 30

No programa Microsoft Excel, a função que conta o número de células que contêm números e conta os números na lista de argumentos é a

- (A) CONT.NÚM.
- (B) CORREL.
- (C) CONT.VALORES.
- (D) CONTAR.VAZIO.
- (E) INT.CONFIANÇA.T.

QUESTÃO 36

Em novembro de 2023, com o julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 1075412, o STF definiu os critérios para responsabilização civil de empresas jornalísticas que publiquem entrevistas contendo atribuição falsa de prática de crime. Na ocasião, o Tribunal, por maioria, definiu a seguinte tese de repercussão geral (Tema 995):

"1. A plena proteção constitucional à liberdade de imprensa é consagrada pelo binômio liberdade com responsabilidade, vedada qualquer espécie de censura prévia. Admite-se a possibilidade posterior de análise e responsabilização, inclusive com remoção de conteúdo, por informações comprovadamente injuriosas, difamantes, caluniosas, mentirosas, e em relação a eventuais danos materiais e morais. Isso porque os direitos à honra, intimidade, vida privada e à própria imagem formam a proteção constitucional à dignidade da pessoa humana, salvaguardando um espaço íntimo intransponível por intromissões ilícitas externas. 2. Na hipótese de publicação de entrevista em que o entrevistado imputa falsamente prática de crime a terceiro, a empresa jornalística somente poderá ser responsabilizada civilmente se: (i) à época da divulgação, havia indícios concretos da falsidade da imputação; e (ii) o veículo deixou de observar o dever de cuidado na verificação da veracidade dos fatos e na divulgação da existência de tais indícios".

O caso apresentado ainda não se encontra completamente encerrado, pois pendente o julgamento de embargos de declaração. Serve, todavia, para exemplificar que, passados mais de 10 anos do emblemático julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 130, paradigma do entendimento jurisprudencial sobre liberdade de expressão e informação, o tema continua sendo bastante complexo – o que se assevera no contexto da internet e da conseqüente facilitação à propagação de fake news. Com base nessas reflexões, é correto afirmar que

- (A) cabe ao Estado, a fim de evitar a proliferação de fake news e o surgimento de novas tecnologias que facilitem a manipulação da informação, desincentivar o desenvolvimento científico e a inovação.
- (B) é vedada toda e qualquer censura de natureza política e artística, mas a Constituição permite a censura ideológica, a fim de preservar os princípios norteadores das atividades de rádio e televisão.
- (C) a CF consagra a liberdade de expressão e informação ao estabelecer que as emissoras de rádio e televisão serão livres para definir seu conteúdo, sem que a elas sejam aplicados quaisquer princípios ou preferências finalísticas.
- (D) a Constituição de 1988 é silente sobre o instituto do direito de resposta, e o STF vem se manifestando pela inconstitucionalidade de sua instituição.
- (E) ao tratar da liberdade de informação, a Constituição vincula seu exercício à compatibilidade com o direito à imagem, à honra e à vida privada.

QUESTÃO 37

A Constituição de 1988 dedicou um capítulo à Administração Pública. No artigo 37, especificamente, deixou expressos princípios a serem observados por toda as pessoas administrativas. Acerca dos princípios administrativos expressos, é correto afirmar que

- (A) a impessoalidade pressupõe direitos iguais a todos os servidores que compõem a Administração Pública.
- (B) a legalidade, no direito administrativo, é relativa, pois sua aplicação é subsidiária ao princípio da discricionariedade.
- (C) a moralidade não está incluída no rol de princípios expressos, uma vez que não pode ser objetivamente aferida e cobrada das pessoas administrativas.
- (D) o princípio da eficiência visa a máxima redução do gasto público e a firme busca pela economicidade, ainda que implique risco à produtividade e piora dos resultados dos serviços ofertados.
- (E) o princípio da publicidade está diretamente relacionado com o direito de acesso à informação, que, pela Lei n.º 12.527/2011, pode ser objeto, inclusive, de pedido formulado por pessoa física.

QUESTÃO 38

Considerando que é facultado ao Estado delegar a outras pessoas a prestação de serviços públicos a seu encargo, descentralizando as prestações a serem ofertadas à sociedade, assinale a alternativa correta acerca das formas de delegação do serviço público.

- (A) A permissão é forma de delegação negocial pela qual o Estado transfere à pessoa jurídica ou ao consórcio de empresas a execução de uma atividade de interesse público, remunerada por tarifas a serem pagas pelos usuários.
- (B) A concessão é realizada a partir de contrato precário de adesão, pelo qual o serviço pode ser delegado para pessoa física ou jurídica.
- (C) A autorização é ato administrativo precário e unilateral, pelo qual o Estado consente com a realização de determinada atividade por um particular.
- (D) A concessão inexige processo licitatório, cabendo ao Estado, no exercício de sua discricionariedade, indicar a melhor empresa para assumir a atividade delegada.
- (E) A concessão e a permissão pressupõem a contratação de pessoas jurídicas, de modo individual ou reunidas em consórcio, não sendo permitida a delegação de serviço público à pessoa física.

QUESTÃO 39

A estabilidade é o direito do servidor de permanecer no serviço público. Acerca do referido direito, é correto afirmar que

- (A) pode existir estabilidade sem efetividade.
- (B) o servidor se torna automaticamente estável passados três anos de efetivo exercício do cargo.
- (C) a vitaliciedade decorre da estabilidade e só pode ser desconstituída mediante Processo Administrativo Disciplinar (PAD).
- (D) a recondução é consequência da estabilização do servidor público em seu cargo.
- (E) o servidor é considerado estável por ocasião de sua posse.

QUESTÃO 40

A Lei de Improbidade Administrativa (LIA) – Lei n.º 8.429/1992, passou por severa alteração no ano de 2021, com o advento da Lei n.º 14.230. As novidades já foram objeto de análise pelo STF, especialmente no emblemático julgamento do ARE 843.989, Tema 1199 da Repercussão Geral. Acerca do atual regime da improbidade administrativa no Brasil, é correto afirmar que

- (A) as pessoas jurídicas de direito privado foram excluídas das sanções da LIA.
- (B) os atos culposos foram excluídos das sanções da LIA.
- (C) o STF entendeu pela irretroatividade da nova legislação, razão pela qual o texto anterior continua a ser aplicado aos casos pendentes de julgamento, cujo ato foi praticado em sua vigência.
- (D) o STF entendeu pela retroatividade da nova legislação, condicionando a desconstituição da coisa julgada ao ajuizamento de ação rescisória.
- (E) o STF entendeu pela retroatividade apenas do novo regime prescricional.

QUESTÃO 41

Diversos tipos de entidades compõem a Administração Pública Indireta. Em um desses tipos de ente, a pessoa jurídica de direito privado é sociedade por ações, com controle acionário do Poder Público. Criada mediante autorização legal, esse tipo de entidade tem, por regra, a finalidade de explorar atividade de caráter econômico. Com base nessa informação, a denominação conferida à entidade descrita é

- (A) associação pública.
- (B) fundação pública.
- (C) empresa pública.
- (D) sociedade de economia mista.
- (E) fundação privada.

QUESTÃO 42

A disciplina sobre a aplicação das normas e leis brasileiras consta da denominada Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), que sucedeu a antiga Lei de Introdução ao Código Civil. No que diz respeito às previsões da LINDB e às alterações realizadas pela Lei n.º 13.655/2018, assinale a alternativa correta.

- (A) A lei passa a vigorar, como regra, na data de sua publicação.
- (B) O agente público responderá por suas opiniões técnicas em caso de negligência, imprudência ou imperícia.
- (C) Pelo princípio da continuidade, a Lei não tem prazo, mas permanece em vigor até que outra lei a modifique ou revogue.
- (D) O fiel cumprimento da legislação não pode ser requerido do sujeito de boa-fé que desconhece seu conteúdo.
- (E) Cabe ao STF a análise teórica dos instrumentos legais que lhes são submetidos, sem que isso implique análises de consequências administrativas ou econômicas.

QUESTÃO 43

O primeiro livro da Parte Geral do Código Civil de 2002 versa sobre as pessoas naturais, pessoas jurídicas e domicílio. O Código inovou ao inserir capítulo sobre os direitos da personalidade, enquanto aptidão para adquirir direitos e contrair obrigações no ordenamento jurídico, no sentido de universalidade que abrange todas as pessoas (art. 1.º, Código Civil). Acerca do tema, é correto afirmar que

- (A) a personalidade é atributo exclusivo das pessoas físicas, não se estendendo às pessoas jurídicas.
- (B) todos os indivíduos adquirem, ao nascer, a capacidade de aquisição de direitos, mas nem todos têm capacidade de fato.
- (C) o Código Civil tutela os direitos do nascituro, atribuindo-lhe personalidade.
- (D) os menores de 18 anos de idade são absolutamente incapazes de exercer por si os atos civis.
- (E) a emancipação do menor de 18 anos de idade que trabalhe, para fins de aquisição de capacidade plena, é condicionada ao exercício de emprego público ou formal (com carteira assinada).

QUESTÃO 44

As pessoas físicas e jurídicas são distintas e inexistente comunicação automática de direitos e deveres entre a pessoa jurídica e seus sócios. Não obstante, é possível que a autonomia patrimonial existente entre essas pessoas seja relativizada em contextos específicos, nos quais se verifique que o uso da pessoa jurídica opere lesão a seus credores, enquanto preservado o patrimônio da pessoa física. Nesses casos, pode ocorrer a desconsideração da personalidade jurídica, prescrita pelo art. 50 do Código Civil. No que diz respeito aos requisitos para que ocorra a referida desconsideração, é correto afirmar que a

- (A) desconsideração exige a comprovação de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, com o propósito de lesão a credores, ou pela confusão patrimonial.
- (B) desconsideração exige a comprovação do esvaziamento da personalidade jurídica, pela ausência de patrimônio (seja mobiliário ou imobiliário) para fazer frente a suas obrigações.
- (C) dissolução irregular da personalidade jurídica é indicativa do abuso de personalidade, a concretizar a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica.
- (D) existência de grupo econômico autoriza, *per se*, a desconsideração da personalidade jurídica.
- (E) desconsideração opera-se em sentido único, isto é, alargando a responsabilização de pessoas físicas para jurídicas, não sendo admitida desconsideração em sentido inverso.

QUESTÃO 45

O negócio jurídico é ato de vontade pelo qual as partes acordam sobre um objeto protegido pelo ordenamento jurídico, observadas as condições de existência, validade e eficácia. O plano da existência é o dos elementos fáticos que tornam o negócio jurídico regularmente constituído e compreende, na classificação adotada por Carlos Roberto Gonçalves, a declaração de vontade, a finalidade negocial e a idoneidade do objeto. Com base nessa informação, assinale a alternativa que apresenta um negócio jurídico existente (ainda que inválido ou ineficaz).

- (A) Casamento entre pessoas que não manifestem o "sim".
- (B) Casamento entre um humano e um robô.
- (C) Hipoteca de animal de estimação.
- (D) Compra e venda de medicamentos não aprovados pelo órgão regulador.
- (E) Compra e venda de espaço de praça pública.

QUESTÃO 46

Os institutos da prescrição e da decadência existem para que as situações jurídicas, com o passar do tempo, possam ser consolidadas. Acerca dos institutos, é correto afirmar que

- (A) a prescrição é a perda de um direito potestativo pelo decurso do tempo.
- (B) não fixando a lei o prazo prescricional para uma dada pretensão, aplica-se o prazo geral de 3 anos.
- (C) uma vez iniciado o processo, não há mais que se falar em prescrição.
- (D) a decadência representa a perda do direito de ação.
- (E) a pretensão de reparação civil prescreve em período menor do que a cobrança de dívidas líquidas.

QUESTÃO 47

Os contratos, no direito brasileiro, são regidos pela boa-fé, inclusive em sua função limitadora, que veda abusos da posição jurídica das partes. Nesse contexto, protege-se a parte que cria uma legítima expectativa quando a outra parte pretende exercer posição jurídica que entre em contradição com o comportamento assumido anteriormente. Com base nessa informação, a nomenclatura desse óbice é

- (A) o princípio da autonomia da vontade.
- (B) o *Pacta sunt servanda*.
- (C) o princípio do consensualismo.
- (D) a inadmissibilidade da nulidade de algibeira.
- (E) a proibição de *venire contra factum proprium*.

QUESTÃO 48

A responsabilidade civil é um dever jurídico que surge com a finalidade de recompor dano decorrente de um dever originário que foi violado. De acordo com a teoria clássica, a responsabilidade civil subjetiva baseia-se em três pressupostos, que são

- (A) a negligência, a imprudência e a imperícia.
- (B) o dano, a imprudência e o nexo de causalidade.
- (C) o dano, a culpa e a relação de causalidade.
- (D) o dano, o dolo e a relação de causalidade.
- (E) a conduta, a atividade de risco e a relação de causalidade.

QUESTÃO 49

No direito processual civil, os poderes, deveres e ônus das partes têm seu tempo correto para ocorrer. Conforme o processo se desenvolve, as etapas anteriores são finalizadas e novas etapas se inauguram, de modo que não se permite o livre retorno a etapas anteriores e o livre exercício dos direitos já consumados – ou seja, preclusos. Com base nessa informação, é correto afirmar que a preclusão

- (A) se divide em três espécies: lógica, consumativa e condicional.
- (B) consumativa ocorre quando o ato já foi anteriormente praticado, ainda que de modo defeituoso (por exemplo, quando se tenta interpor o recurso correto após a interposição de recurso equivocado).
- (C) pode ser lógica, decorrente da apresentação de pedido que não seja compreendido pelo julgador.
- (D) no caso de nulidade, excepcionalmente, cabe à parte definir o melhor momento processual para sua arguição, não operando-se a preclusão.
- (E) não se aplica ao julgador, que exerce seu livre convencimento na definição de reapreciar ou não as matérias que voltem a ser suscitadas pelas partes, ainda que já decididas anteriormente.

QUESTÃO 50

Ao propor uma ação que envolva a cobrança de valores vencidos e vincendos, um advogado se depara com a necessidade de fixação do valor da causa. Ocorre que, embora seja possível apurar os valores vencidos, os valores vincendos se somam mês a mês, inexistindo um termo final para a obrigação em questão. Assinale a alternativa que representa a forma correta de cálculo do valor da causa no caso hipotético narrado.

- (A) Diante da impossibilidade de se apurar com exatidão os valores vincendos, deve ser utilizada apenas a soma histórica dos valores vencidos.
- (B) Diante da impossibilidade de se apurar com exatidão os valores vincendos, deve ser utilizada apenas a soma dos valores vencidos, monetariamente corrigida e acrescida de juros de mora e outras eventuais penalidades.
- (C) Diante da impossibilidade de se apurar com exatidão os valores vincendos, deve ser utilizada apenas a soma corrigida dos valores vencidos, com a posterior e progressiva inclusão dos valores vincendos sempre que somarem a marca de 10% do montante vencido, mediante aditamento da inicial.
- (D) Deve-se utilizar a soma dos valores vencidos, monetariamente corrigida e acrescida de juros de mora e outras eventuais penalidades, somada ao valor correspondente a 1 ano de prestações vincendas.
- (E) Deve-se dar a causa valor simbólico para fins fiscais, diante da indeterminação de seu conteúdo econômico.

QUESTÃO 51

Em hipotético procedimento civil, no qual se discutia relação contratual, o feito foi liminarmente decidido em favor da contraparte, conferindo-lhe o direito de levantar quantia depositada em juízo. Diante dessa situação, tendo a parte vencida argumentos para defender a verossimilhança de seu direito e o perigo da demora, assinale a alternativa processual que pode ser adotada por seu advogado.

- (A) Interposição de apelação ao Tribunal de segunda instância, com pedido de atribuição de efeito suspensivo.
- (B) Oposição de embargos de declaração junto ao juízo de primeira instância, que goza de automático efeito suspensivo.
- (C) Interposição de Recurso Especial ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), com pedido de atribuição de efeito suspensivo.
- (D) Requerimento de tutela de evidência em caráter incidental junto ao Tribunal de segunda instância.
- (E) Interposição de agravo de instrumento ao Tribunal de segunda instância, com pedido de atribuição de efeito suspensivo.

QUESTÃO 52

O processo pode ser suspenso ou extinto por diversas causas, sendo que esta última precisa ser declarada por sentença. Com base nas causas listadas a seguir, assinale a alternativa da qual decorre a extinção do processo.

- (A) Falecimento da parte.
- (B) Homologação de acordo extrajudicial firmado entre as partes.
- (C) Arguição de impedimento do Juízo.
- (D) Quando depender do julgamento de outra causa.
- (E) Quando depender de prova requisitada a outro Juízo.

QUESTÃO 53

O Código de Processo Civil prevê instituto que, quando concretizado, torna imutável a decisão de mérito. Trata-se de “autoridade” (na nomenclatura utilizada pelo próprio CPC) que torna decisão ou capítulo decisório não mais sujeito a recurso, homenageando a segurança jurídica e a estabilização das relações já tuteladas pelos tribunais. Com base nessa informação, assinale a alternativa que apresenta a denominação correta do instituto descrito.

- (A) sentença
- (B) revelia
- (C) coisa julgada
- (D) liquidação
- (E) execução

QUESTÃO 54

A Reclamação é instituto previsto na Constituição que ganhou destaque com o Código de Processo Civil de 2015, dada sua finalidade de preservação de precedentes. Acerca da Reclamação, é correto afirmar que

- (A) a admissibilidade da reclamação depende da verificação de aderência estrita entre o ato reclamado e o acórdão paradigma.
- (B) é facultado à parte valer-se da reclamação como sucedâneo recursal, quando a ausência de celeridade no julgamento do recurso comprometer o resultado útil do processo.
- (C) caberá reclamação para garantir a observância do entendimento do STF em controle difuso.
- (D) a distribuição da reclamação, enquanto processo autônomo, se dá por livre sorteio.
- (E) a reclamação poderá ser proposta a qualquer momento, não se sujeitando à coisa julgada.

QUESTÃO 55

O Código de Processo Civil destina diversos capítulos ao cumprimento de sentença, abordando os diversos comandos que podem ser objeto do cumprimento. Acerca das regras aplicáveis ao cumprimento e das diversas obrigações que veiculam, é correto afirmar que

- (A) o cumprimento será proposto perante o último Juízo no qual o feito tenha tramitado, ainda que seja o recursal.
- (B) o cumprimento da sentença que determine pagamento de quantia certa poderá ser proposto em caráter provisório, desde que inexista recurso com efeito suspensivo pendente de julgamento.
- (C) no caso de condenação de pagar quantia certa, o cumprimento será realizado de ofício pelo Juízo.
- (D) o executado poderá impugnar o cumprimento desde que garanta o valor tomado como devido.
- (E) não ocorrendo o pagamento voluntário do débito objeto de cumprimento, o valor será acrescido de multa de 30%, inclusive se o exequente for a Fazenda Pública.

QUESTÃO 56

A respeito da Lei das Contravenções Penais e suas atualizações, assinale a alternativa correta.

- (A) A tentativa de contravenção é punível com pena de até cinco anos.
- (B) O trabalho não é obrigatório se a pena imposta não ultrapassar seis meses.
- (C) Desde que reunidas as condições legais, o juiz suspenderá, por tempo indeterminado, a execução da pena de prisão simples superior a dois anos.
- (D) A prisão preventiva, na existência de contravenção, somente poderá ser aplicada em caso de omissão voluntária do acusado.
- (E) A execução da pena de prisão simples deve ocorrer em instalações específicas, sem aplicação de medidas penitenciárias rigorosas.

QUESTÃO 57

Com relação às profissões de fisioterapeuta e terapeuta ocupacional, assinale a alternativa correta.

- (A) Os profissionais diplomados por escolas estrangeiras devidamente reconhecidas no país de origem poderão revalidar seus diplomas no Brasil.
- (B) É atividade privativa do fisioterapeuta executar métodos e técnicas terapêuticas e recreacionais com a finalidade de restaurar, desenvolver e conservar a capacidade mental do paciente.
- (C) Essas profissões são proibidas de exercer o magistério nas disciplinas de formação básica nível médio.
- (D) Caberá a cada secretaria de saúde estadual a fiscalização, diretamente ou por meio das repartições sanitárias municipais e do Distrito Federal, no exercício dessas profissões.
- (E) Os diplomas conferidos pelas escolas ou pelos cursos reconhecidos deverão ser registrados no Ministério da Saúde.

QUESTÃO 58

Acerca do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, assinale a alternativa correta.

- (A) Os Conselhos Federal e Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional constituem, em conjunto, uma empresa pública federal vinculada ao Ministério da Saúde.
- (B) Compete ao ministro da Saúde baixar as instruções reguladoras das eleições nos Conselhos Federal e Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional.
- (C) Os membros dos Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional e os respectivos suplentes, com mandato de quatro anos, serão nomeados pelo presidente do Conselho Federal.
- (D) Compete ao Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional apreciar e julgar os recursos de penalidade imposta pelos Conselhos Regionais.
- (E) A extinção ou perda de mandato de membro do Conselho Federal ou dos Conselhos Regionais somente poderá ocorrer por falta de decoro ou conduta incompatível com a dignidade do órgão.

QUESTÃO 59

Considerando o Código de Processo Ético-Disciplinar da Fisioterapia e da Terapia Ocupacional, assinale a alternativa correta.

- (A) O plenário do Conselho Regional é o órgão competente de segunda instância para processamento de julgamento de processos éticos-disciplinares.
- (B) O procedimento ético-disciplinar inicia-se mediante representação, ou em decorrência de ato fiscalizatório. Um dos requisitos da representação é a identificação do representado e das testemunhas, se houver.
- (C) A representação, noticiando fatos que configurem infração ético-disciplinar, poderá ser oferecida por membro do Conselho Federal, desde que esteja adimplente.
- (D) A representação anônima não tem validade perante o Conselho Federal.
- (E) O representado poderá ser citado para apresentar defesa escrita no prazo de trinta dias, a contar do recebimento da citação. Essa citação poderá ser efetuada por telefone ou por meio de mensagens eletrônicas.

QUESTÃO 60

Com relação ao Código de Ética e Deontologia da Fisioterapia e o da Terapia Ocupacional, é correto afirmar que

- (A) os profissionais da Fisioterapia e da Terapia Ocupacional poderão divulgar em redes sociais, para fins de autopromoção, declaração, atestado, imagem ou carta de agradecimento emitida por cliente, em razão de serviço profissional prestado.
- (B) em caso de indubitável urgência, é permitido ao fisioterapeuta e ao terapeuta ocupacional divulgar e prometer terapia infalível, secreta ou descoberta cuja eficácia não seja comprovada.
- (C) o fisioterapeuta e o terapeuta ocupacional devem portar sua identificação profissional sempre que em exercício.
- (D) é proibido ao fisioterapeuta e o terapeuta ocupacional dar consulta ou prescrever tratamento terapêutico ocupacional de forma não presencial.
- (E) em caso de urgência é permitido ao terapeuta ocupacional utilizar impressos de instituições públicas na prática privada.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva folha de texto definitivo da prova discursiva, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de **30 linhas** será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na folha de texto definitivo.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**. Em caso de rasura, passe um traço sobre o conteúdo a ser desconsiderado e prossiga o registro na sequência. Não será permitido o uso de corretivo.
- O espaço destinado à transcrição de texto da **folha de texto definitivo** não poderá ser assinado, rubricado nem conter nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova. Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- A **folha de texto definitivo** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho neste caderno é de preenchimento facultativo e não servirá para avaliação.

QUESTÃO DISCURSIVA 1

O órgão legislativo, ao derivar da Constituição sua competência, não pode obviamente introduzir no sistema jurídico leis contrárias às disposições constitucionais: essas leis se reputariam nulas, inaplicáveis, sem validade, inconsistentes com a ordem jurídica estabelecida. Até aqui há entendimento pacífico. As dificuldades principiam, porém, quando se trata de alcançar os meios com que expungir do sistema normativo as leis inconstitucionais.

O ponto mais grave da questão reside em determinar que órgão deve exercer o chamado controle de constitucionalidade. Sem esse controle, a supremacia da norma constitucional seria vã, frustrando-se assim a máxima vantagem que a Constituição rígida e limitativa de poderes oferece ao correto, harmônico e equilibrado funcionamento dos órgãos do Estado e sobretudo à garantia dos direitos enumerados na lei fundamental.

Mas, por outra parte, o controle acarreta dificuldades consideráveis, em razão de conferir ao órgão incumbido de seu desempenho um lugar que muitos têm por privilegiado, um lugar de verdadeira preeminência ou supremacia, capaz de afetar o equilíbrio e a igualdade constitucional dos poderes.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 26.ª ed. atualizada. São Paulo: Malheiros, 2011, p. 297.

Considerando que o texto acima tenha caráter exclusivamente introdutório sobre o tema, redija um texto dissertativo acerca da

JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL NO BRASIL.

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) como são exercidos os controles de constitucionalidade concreto e abstrato; **(1,00 ponto)**
- b) os mecanismos processuais (ações) para exercício do controle abstrato; e **(1,50 pontos)**
- c) a eficácia temporal das decisões que declaram a inconstitucionalidade de lei. **(1,50 pontos)**

QUESTÃO DISCURSIVA 2

A Lei n.º 13.655/2018, também chamada de “nova LINDB” ou Lei de Segurança Jurídica para Inovação Pública, inseriu dez dispositivos na LINDB (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – Decreto-lei n.º 4.657/1942) que versam sobre segurança jurídica e eficiência na criação e aplicação do direito público (art. 20 a art. 30).

SUNDFELD, Carlos Ari. NEVES, Camila Castro. A nova LINDB e os movimentos de reforma do direito administrativo. *In. Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte: n.º 126, p. 45-80.

Considerando que o fragmento do texto acima tenha caráter exclusivamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do

CONTROLE PÚBLICO E AS INOVAÇÕES DA NOVA LINDB.

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) o movimento de expansão do controle público no Brasil; **(1,50 pontos)**
- b) as formas de controle institucionais (controle administrativo, legislativo e judicial); e **(1,00 ponto)**
- c) os impactos da nova LINDB na motivação das decisões. **(1,50 pontos)**

RASCUNHO PARA A QUESTÃO 1

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

PROVA APLICADA
 RASCUNHO

RASCUNHO PARA A QUESTÃO 2	
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

PROVA PBLICADA
 RASCUNHO